



ACÓRDÃO Nº1022/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11653/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sra. Raimunda Gomes Pinheiro
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 313/2021-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, responsável pelo SPA São Raimundo, no curso do exercício de 2018, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:
- 10.2. **Aplicar multa** a **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, no valor de R\$ 3.000,00, com fulcro no art. 54, VII, da Lei Estadual nº 2423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas) c/c o art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCEAM, pela permanência dos achados tratados nos itens 04 e 05 da Proposta de Voto;
Fixa-se prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido,



ACÓRDÃO Nº1022/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que atuará junto ao SPA São Raimundo que verifique se foi instaurado procedimento para apuração de responsabilidade, conforme sugerido pela Assessoria Jurídica no item 07 da Proposta de Voto;
- 10.4. Recomendar à atual gestão do Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo** que procure realizar uma previsão dos percalços que podem acometer o bom andamento dos serviços prestados pelos órgãos da saúde;
- 10.5. Dar ciência a Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente
MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator
FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1022/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO em 01/06/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2EF13168-3E244728-484401E7-67A64EF8